

Novo CPC aprovado na Câmara   vantajoso para a advocacia, diz OAB

O texto do novo Código de Processo Civil traz uma série de conquistas para a advocacia brasileira. A afirma o   do presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, sobre a aprova o do projeto de Lei 8.046/2010, na Câmara dos Deputados.

Marcus Vinicius apontou que durante os meses de discussões no Plenário da Câmara, foram aprovados itens como a determina o de que os honorários têm natureza alimentar e do tratamento igualitário com a Fazenda Pública, com a destina o dos honorários de sucumbência aos advogados públicos.

Ele comentou que, no novo CPC, têm sido aprovadas regras que determinam a contagem de prazos em dias úteis, férias para os advogados, ordem cronológica para julgamentos, intima o na sociedade de advogados e carga rápida em seis horas. Além disso, o projeto aprovado estabelece o fim da compensa o de honorários, a sua percep o pela pessoa jurídica e os honorários recursais, com regras que impedem o aviltamento na fixa o do valor da sucumbência.

O projeto, que substituir  o código de 1973, será o primeiro código processual elaborado em regime democrático. O novo CPC beneficia advogados, mas têm cria ferramentas para lidar com demandas e acelerar a Justiça, altera o processo de a es de família e regulamenta a gratuidade da Justiça.

Novo CPC

Na última quarta-feira (26/3), o plenário da Câmara dos Deputados terminou a aprova o do projeto do [novo Código de Processo Civil \(CPC\)](#), que tem o objetivo de atualizar os dispositivos atuais, em vigor desde 1973, e acelerar a tramita o das a es cíveis, incluindo questões de família, do consumidor e tributárias. O texto base já tinha sido aprovado em novembro, mas a reda o final só foi votada após a análise de cerca de 40 destaques em diferentes sessões. A proposta segue agora para o Senado.

Uma das principais inova es   a possibilidade de que pedidos que tratem de interesse de um grupo — casos que afetem uma vizinhança ou acionistas de uma empresa, por exemplo — poderão ser convertidos em A o Coletiva, com decisão aplicada a todos já na primeira instância. O novo CPC têm estabelece a contagem de prazos em dias úteis e determina a suspensão dos prazos no final do ano, garantindo descanso para os defensores.

A audiência de concilia o deve se tornar a fase inicial da a o. Se não der certo, o juiz poderá tentar novamente um acordo durante a instru o do processo. “Teremos câmaras de concilia o nos tribunais, com corpos especializados para isso. S  depois da impossibilidade da concilia o   que o conflito irá para o processo judicial”, disse o relator do substitutivo, deputado Paulo Teixeira (PT-SP). A concilia o têm será pré-requisito na análise de pedidos de reintegra o de posse envolvendo invasões de terras e imóveis que durarem mais de um ano.

Sobre a falta de pagamento de pensão alimentícia, fica alterada a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, que só permite a notifica o do devedor quando a d vida for superior a três meses.



Isso significa que a Justiça poderá ser acionada já depois do primeiro mês de inadimplência. A proposta original tentava ampliar de três para dez dias para o devedor pagar ou justificar a falta de pagamento e estabelecer a prisão em regime semiaberto como regra geral, mas ambas as mudanças foram vetadas após críticas da bancada feminina.

Na execução, a carta de fiança e o seguro de garantia judicial terão o mesmo valor do dinheiro para penhora. Quem responde a processos poderá recorrer a esses títulos para garantir que o seu dinheiro não será confiscado. O confisco de contas e investimentos bancários deve ser limitado, sem que comprometa o negócio e sem ser definido em plantão judicial. O juiz terá 24 horas para devolver o valor penhorado que exceder a causa. *Com informações da Assessoria de Imprensa da OAB e da Agência Câmara Notícias.*

Clique [aqui](#) para ler o texto aprovado.

Autores: Redação ConJur